



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Edital 056/2017

Cargo: E - Contador

1. **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Administrar os tributos; registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administrar o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. **REQUISITOS:**

ESCOLARIDADE: Curso Superior em Ciências Contábeis

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Registro no Conselho competente.

3. **ESTRUTURA DO CONCURSO:**

O concurso para este cargo consistirá de uma prova objetiva com 60 (sessenta) questões, cada uma valendo 2 (dois) pontos, num total de 120 (cento e vinte) pontos.

A prova objetiva compreenderá: 30 questões de Conhecimentos Gerais (10 questões de Língua Portuguesa, 10 questões de Raciocínio Lógico e Quantitativo, 5 questões de Legislação e 5 questões de Informática); e 30 questões de Conhecimentos Específicos.

4. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Auditoria Governamental: 1. Auditoria Governamental. 1.1. Finalidade da Auditoria Governamental. 1.2. Pressupostos dos Atos e Fatos na Gestão Pública. 1.3. Objetivos da Auditoria Governamental. 1.4. Abrangência da Auditoria Governamental. 1.5. Formas de Execução da Auditoria Governamental. 1.6. Tipos de Auditoria Governamental. 2. Controles internos. 2.1. Tipos, objetivos, princípios, testes substantivos e de aderência. 2.2. Órgãos Normalizadores de Controle Interno. 2.3. Principais Metodologias de Controle. 2.4. Controle Interno na Administração Pública. 2.5. Importância do Controle em uma gestão pública voltada para resultados. 3. Normas técnicas. 3.1. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de outras entidades reguladoras e fiscalizadoras. 4. Controle na administração pública. 4.1 Abrangência. 5. Tomadas e prestações de contas. 6. Relatórios, pareceres, certificados e outros documentos de expressão da opinião e das recomendações dos auditores e dos responsáveis pelo controle.

Contabilidade aplicada ao Setor Público: 1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. 2. Orçamento Público: conceito, classificação, princípios e elaboração. 3.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Edital 056/2017

Receita Pública: conceito, classificação, estágios, dívida ativa e reconhecimento da receita sob enfoque patrimonial.. 4. Despesa Pública: conceito, classificação, estágios, restos a pagar, créditos adicionais e reconhecimento da despesa sob enfoque patrimonial.. 5. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e lançamentos contábeis. 6. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). 7. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16). 8. Suprimento de Fundos. 9. Lei nº 4.320/64 e suas alterações. 10. Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000 (Lei Complementar) e suas alterações. 11. Lei das Licitações e Contratos Públicos – Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, incluindo Pregão. 12. Sistema de Informação de Custos do Setor Público. 13. Controles no Setor Público.

Contabilidade de Custos: 1. Conceitos, objetivos e finalidades da Contabilidade de Custos. 2. Classificação e nomenclatura dos custos. 3. Controle e registro contábil de custos: Apuração do Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos. Custos com mão-de-obra direta e indireta. Alocação dos custos com mão-de-obra, matéria-prima, material secundário e material de embalagem. Custos com Materiais Diretos e Indiretos. Métodos de controle de estoques de materiais. Custos indiretos de fabricação e seus critérios de rateio. Centros de Custos. 4. Métodos de custeio. 5. Sistemas de Acumulação de Custos. Custo dos Produtos Acabados. Custos dos produtos em elaboração. Equivalente de produção. Custos Conjuntos. 6. Custos para controle e para decisão: Custos reais (históricos), estimados e projetados. Custo Padrão. Componentes do custo padrão (padrões físicos e padrões financeiros). 7. Análise do Custo Volume Lucro.

5. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia contábil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
ATTIE, Willian. Auditoria interna. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2007.

BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. Auditoria: teoria e exercícios comentados. 2. ed. Método, 2011, (Série Teoria e Questões).

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002. (Tradução de: Modern Auditing. 7. ed. 2001).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. _____. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília. 2000. _____. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília. 2005.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Edital 056/2017

____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 1993.

____. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002

____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

____. Manuais de contabilidade aplicada ao setor público. 7ª edição. Brasília: MF, STN, 2017.

____. Sistema de Custos do Governo Federal: O que é? Para que serve? E como isso afeta meu dia a dia? Brasília: MF, STN, 2013.

CASTRO. Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão - planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TG - geral -normas completas, NBC TG –estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42) Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011.

____ *Resolução CFC 2016/NBCTSPEC - NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016 Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.*

____. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA.

____. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Interna – NBC TI.

____. Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais do Auditor Interno – NBC PI

____. Resolução CFC nº 1.133, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis. Brasília, 2008.

____. Resolução CFC nº 1.134, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2008.

____. Resolução CFC nº 1.135, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 - Controle Interno. Brasília, 2008.

____. Resolução CFC nº 1.136, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão. Brasília, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Edital 056/2017

____. Resolução CFC nº 1.137 de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Brasília, 2008.

____. Resolução CFC nº 1.268, de 21 de dezembro de 2009. Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público e dá outras providências. Brasília, 2009.

____. Resolução CFC nº 1.366, de 25 de novembro de 2011. Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Brasília, 2011.

____. Resolução CFC nº 1.437, de 02 de abril de 2013. Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. Brasília, 2013.

Instituto Rui Barbosa. Normas brasileiras de auditoria do setor público NBASP, 2015.

CREPALDI, Silvio A. Auditoria Contábil: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAIS, Henrique Hermes Gomes de. Controle interno e auditoria governamental. Minas Gerais: Controladoria Geral do Estado (CGE). 2012. Disponível em: http://www.controladoriageral.mg.gov.br/downloads/doc_download/120-apostila-controle-interno-auditoria-governamental-pdf-720-kb.

GRAMLING, Audrey A; RITTENBERG, Larry E; JONHSTONE, Karla M. Auditoria: tradução da 7ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LONGO, Cláudio Gonçalo. Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010

Observações:

- A constituição Federal, as Leis e Decretos podem ser obtidos no endereço eletrônico: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>.
- Resoluções do CFC no endereço eletrônico: <<http://portalcfc.org.br/legislacao/>>.
- Informações sobre contabilidade pública, plano de contas etc, no endereço eletrônico: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica>>.
- Pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no endereço eletrônico: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>.